

Medidas eleitorais vão tirar R\$ 281 bi de governos em 2023

Pacote eleitoral Efeito nas contas públicas em 2023

Governo terá conta extra de R\$ 281 bi

Medidas adotadas pela gestão Bolsonaro e pelo Congresso devem reduzir o caixa da União, de Estados e de municípios no ano que vem; maior custo é o corte de impostos

ADRIANA FERNANDES ANNA CAROLINA PAPP BRASÍLIA

O próximo presidente da República vai receber o "tanque" do caixa do governo mais vazio em pelo menos R\$ 178,2 bilhões com o efeito em 2023 das medidas adotadas pelo governo Bolsonaro e pelo Congresso, a maior parte de olho nas eleições. A perda de recursos sobe para R\$ 281,4 bilhões com a redução do caixa dos governadores e dos prefeitos com a desoneração permanente do ICMS e do IPI. Com a inclusão de um possível reajuste no salário dos servidores federais, o valor pode chegar a R\$ 306,4 bilhões. É uma fatura que já apareceu

na conta do Tesouro Nacional nos últimos dias depois que ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) suspenderam o pagamento de parcelas de dívidas dos Estados com a União para compensar a perda de arrecadação com a redução do ICMS. O pacote consolida a perspectiva de uma espécie de "voo de galinha turbinado por um ciclo político-eleitoral" de expansão dos gastos públicos e de desoneração tributária, segundo o economista sênior da consultoria LCA, Bráulio Borges, que calculou, a pedido do Estadão, os efeitos das medidas no primeiro ano do próximo governo. É uma ação voltada para o estímulo do crescimento do Produto Interno Bru-

to (PIB) no segundo semestre deste ano, quando os eleitores vão às urnas para escolher o próximo presidente, governadores, senadores e deputados.

'Voo de galinha turbinado' Atividade econômica do 2º semestre será aquecida por expansão do gasto público e de desonerações

GASTOS. Borges incluiu na lista um gasto extra, de R\$ 25 bilhões, a partir de março de 2023, para o reajuste de 10% para os servidores públicos, porcentual que não repõe nem metade da inflação acumulada de 25% estimada para o período de

2020 a 2022. Apesar de não ser uma medida eleitoral, o reajuste é uma conta extra para o novo governo, depois do congelamento dos salários e de o presidente voltar atrás na promessa de correção de 5% em 2022. Também está na lista um custo adicional de pelo menos R\$ 60 bilhões para financiar em 2023 a permanência do piso de R\$ 600 do Auxílio Brasil, medida que já foi antecipada pelos dois candidatos que lideram as pesquisas: Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Bolsonaro (PL). Mesmo esse valor é considerado conservador diante da inclusão de um número maior de famílias no programa para zerar a fila. Na área econômica, técnicos admitem que o au-

mento do custo poderá chegar a R\$ 70 bilhões, além do orçamento atual de R\$ 89 bilhões. Já a desoneração do ICMS, que o economista da LCA chama de bondade com chapéu alheio, representará um "tremendo" choque de receita para Estados e municípios (R\$ 87 bilhões), e pode acabar batendo na porta do governo federal. Ele destaca que o corte do IPI também traz prejuízo aos governos estaduais e às prefeituras. Dos R\$ 27,4 bilhões de perda de receitas do IPI em 2023, R\$ 11,2 bilhões seriam da União e o restante, R\$ 16,2 bilhões, das receitas disponíveis dos Estados e dos municípios. ●

COM MAIOR RISCO FISCAL, CUSTO DA DÍVIDA PÚBLICA PODE SUBIR R\$ 63 BILHÕES. PÁG. B2

Pacote eleitoral Efeito nas contas públicas em 2023

Com risco fiscal, custo da dívida pública pode subir R\$ 63 bi

Maior desconfiança sobre a saúde das contas do governo tem aumentado os juros que o Tesouro paga sobre a dívida pública

ANNA CAROLINA PAPP ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O custo da dívida pública vai aumentar em pelo menos mais R\$ 63 bilhões em 2023 com a elevação dos juros incidentes sobre a dívida devido à maior desconfiança na política fiscal brasileira desde maio.

Para calcular o aumento do custo da dívida com o fenômeno chamado de "desancoragem fiscal", o economista Bráulio Borges, da LCA Consultoria, utilizou a diferença, nas projeções de consenso da pesquisa Focus do Banco Central (BC), entre os juros nominais projetados no começo de maio, de 6,8% em 2023, e o mais recente de 7,4%.

Segundo ele, o governo federal tem enfatizado o movimento de melhora das contas públicas no curto prazo e a redução da dívida pública, o que deve ser comemorado, mas Borges pondera que, no longo prazo,

não é isso que os investidores projetam. Até outubro de 2021, o mercado esperava que a dívida bruta em 2020 seria menor do que no final de 2022, denotando uma trajetória de convergência do endividamento, mas o quadro mudou.

"Com a famigerada PEC dos Precatórios, o mercado passou a enxergar uma relação entre dívida e PIB em 2030 maior do que no final de 2022", diz Borges, destacando que a percepção de sustentabilidade fiscal tem a ver com o nível e com a dinâmica da dívida. E esse quadro vem piorando diante dos desafios para 2023.

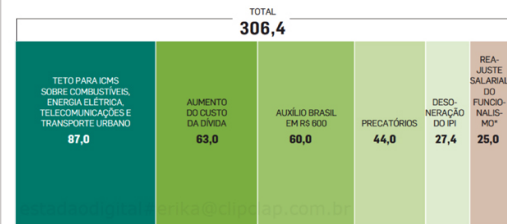
CUSTO MAIS ELEVADO. Nesse cenário, o Tesouro Nacional pode se ver obrigado a utilizar uma parte do colchão de liquidez (reserva no caixa que permite ao governo não vender os títulos nos leilões em momentos de volatilidade) na segunda metade de 2022, diante das dificuldades de colocação de títulos em mercado.

Caso isso ocorra, a recomposição desse colchão em 2023 exigiria emissão de dívida em montante superior à necessidade total de financiamento. "A complacência (do mercado) continua, mas diminuiu bastante quando olhamos para os

'FATURA' PARA 2023

Cortes de impostos e aumentos de gastos devem ter um custo de mais de R\$ 300 bilhões para as contas do governo no ano que vem

EM BILHÕES DE REAIS



* ESTIMATIVA DE 10%. O REAJUSTE ESTÁ EM ESTUDO PELO GOVERNO, MAS AINDA NÃO FOI DEFINIDO

FONTE: BRÁULIO BORGES/FOF/INFORMAFIDC. ESTADÃO

custos de rolagem da dívida. No ano passado, o governo conseguia se financiar com juros de um dígito nominal, e agora não. Esse nível de desancoragem é algo que não vivamos desde o final de 2015", diz.

Incerteza Para economista, governo não deveria 'queimar' arrecadação inesperada com corte de impostos

O economista da LCA chama também atenção para a forte desoneração de tributos num momento em que não se sabe ao certo quanto do aumento da arrecadação é de fato estrutural e não apenas decorrente de efeito de curto prazo, com a alta da inflação e dos preços de commodities.

Borges publicou um estudo sobre as receitas brutas federais ligadas ao setor extrativo mineral que aponta uma redu-

ção de cerca de R\$ 60 bilhões de arrecadação de 2022 para 2023, sobretudo com a esperada redução do preço do petróleo no mercado internacional.

Na sua avaliação, nesse caso não se trata de "culpa" do governo, mas é um elemento que não pode ser ignorado para avaliar o quadro fiscal de 2023. Diante da elevada volatilidade desse tipo de receita ligada ao petróleo e do quadro fiscal ainda frágil levando em conta o tamanho da dívida, seria prudente não "queimar" boa parte do ganho inesperado da arrecadação com desonerações permanentes de tributos.

MUDANÇA ESTRUTURAL. Entre os técnicos do governo, o aviso é diferente. Apesar da preocupação com a desoneração, há uma avaliação de que parte da melhora da arrecadação é estrutural. Um novo estudo foi encomendado para a Secretaria de Política Econômica para apontar as razões para isso.

Integrantes da equipe econômica também apontam que é consistente a melhora das contas públicas, mesmo com os gastos de R\$ 41,2 bilhões com a PEC Kamikaze e as desonerações. O colchão de liquidez está mais robusto com repasses do lucro do Banco Central e outras medidas. O governo tem caixa até maio, sem fazer novos leilões, para pagar os vencimentos dos títulos.

Um dos pontos ressaltados por técnicos do governo é que o aumento de gastos está sendo compensado com alta de receitas, mesmo que conjuntural, como é o caso das receitas de dividendos de estatais e do BNDES. O governo pediu para as estatais que não o façam para transferir o pagamento de dividendos trimestralmente. A medida pode antecipar para 2022 o repasse dos dividendos que seria feito só no ano que vem. Pode ser mais uma medida a esvaziar o "tanque" das contas públicas em 2023. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia&Negócios **Caderno:** B **Página:** 1 e 2